

COMO FAZER DA REGULAÇÃO CONTÍNUA DAS APRENDIZAGENS A LÓGICA PRIORITÁRIA DA ESCOLA?

Adelina de Oliveira Novaes

HOW TO MAKE CONTINUOUS REGULATION OF ABILITIES
THE PRIORITY OF SCHOOLS RATIONALE?

RESENHA

PERRENOUD, PHILIPPE. AVALIAÇÃO: DA EXCELÊNCIA À REGULAÇÃO DAS APRENDIZAGENS – ENTRE DUAS LÓGICAS. TRAD. PATRÍCIA CHITTONI RAMOS – PORTO ALEGRE: ARTES MÉDICAS SUL, 1999.

Somente a análise significativa do sistema educativo permite que compreendamos a avaliação como formativa. O termo avaliação, quando evocado nos mais variados contextos (a avaliação de conteúdo, a avaliação institucional, ou a avaliação médica), remete-nos a imagens e emoções freqüentemente desagradáveis. Pode-se dizer que há comumente uma resistência à avaliação: paralisamos-nos frente ao tema, impedimos a análise do sistema e reproduzimos modelos que, segundo Perrenoud (1999), oscilam entre duas lógicas – a da avaliação a serviço da seleção e a da avaliação a serviço das aprendizagens.

O autor de *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*, nos estimula o enfrentamento à avaliação. Doutor em Sociologia e Antropologia, e professor nas áreas de Currículo e Práticas Pedagógicas nas faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Genebra, Perrenoud tem o compromisso com as pedagogias diferenciadas. Esta sua orientação acadêmica é a responsável pela abordagem sociológica com que trata a complexidade da avaliação das aprendizagens neste livro.

Composto de textos já publicados e outros preparados especialmente para

esta obra, o livro é estruturado por capítulos que podem ser lidos independentemente. Esta divisão por temas, porém, não torna a obra fragmentada, pois, de maneira consonante, Perrenoud apresenta reflexões que têm como eixo a compreensão da avaliação como orientadora da ação.

Ao pensar como nossas práticas são definidas pela nossa possibilidade de compreender o real, Perrenoud nos questiona quanto aos nossos objetivos avaliativos. Estamos a serviço da seleção ou a serviço das aprendizagens?

Oscilando entre narrativas descritivas e textos mais comprometidos, o autor nos evidencia como a lógica tradicional do sistema avaliativo é comumente associada à criação de hierarquias de excelência. Desta maneira, são elas que nos orientam a agir com um grupo ou em um grupo de análise. Ou seja, são as hierarquias de excelência construídas no sistema de ensino que tomamos como indicadores de êxito ou fracasso escolares, sejamos nós docentes ou discentes. Essas hierarquias podem ser construídas por nós de maneiras distintas, podemos fazer uso da intuição ou da formalização racional, mas as hierarquias nunca deixarão de ser uma representação do real.

Seguindo este caminho, somos convidados a concordar que o êxito está intimamente relacionado à excelência, sendo dependente das representações que fazemos dos desempenhos: “[...] os julgamentos de êxito dependem, em geral, da síntese de várias hierarquias de excelência, operadas para fins de

balanço, freqüentemente em vista de uma decisão de seleção ou de certificação” (Perrenoud, 1999, p. 35).

Em busca da excelência, construímos instrumentos para julgar qual seria o ponto de ruptura entre o êxito e o fracasso. Desta escolha, que legitimamos muitas vezes por matrizes formais de avaliação e pelo rigor metodológico, construímos as imagens do bom aluno, do bom professor, da boa escola. E nem sempre, ao fazermos isso, estamos conscientemente a serviço da lógica da seleção.

Os instrumentos avaliativos também são usados para a regulação contínua das aprendizagens. No caso específico da avaliação discente, podemos considerar que uma avaliação formativa é aquela que visa contribuir para a regulação das aprendizagens. Construir uma imagem do bom aluno permitiria delimitar o objetivo pedagógico do docente, evidenciando suas intenções e possibilitando a construção do projeto que guiará sua prática. Assim, para fugir dos equívocos dos instrumentos, teríamos que construir procedimentos que fossem legitimados não somente por seu rigor, mas pela negociação entre avaliador e avaliado.

Ao discutir a avaliação com os alunos, temos a possibilidade de compreender como eles significam o processo, quais são os pontos que eles consideram relevantes, para construímos junto com eles os indicadores da avaliação. Desta maneira, envolvendo os alunos na construção do instrumento, e fazendo a regulação contínua da aprendizagem,

poderíamos abandonar a lógica da seleção por uma lógica da formação.

A avaliação formativa é considerada uma idéia nova e aparece normalmente nos projetos inovadores de ensino. A preocupação com as aprendizagens, porém, não deixa de existir nas escolas tradicionais e nem por isso poderíamos afirmar que nelas não se faz avaliação formativa, ainda que intuitivamente. O que parece ser a questão de Perrenoud são as preocupações que devemos ter em mente ao construirmos um instrumento de avaliação que vise a regulação das aprendizagens.

Vale a pena fazer um recorte de um aspecto presente no capítulo quinto de seu livro (Perrenoud, 1999, p. 77), que diz respeito à avaliação formativa especificamente. O autor apresenta quatro obstáculos não tão triviais que dificultam a construção de um projeto de avaliação desta ordem. O primeiro deles se relaciona ao currículo. É comum enfatizarmos mais os conteúdos a ensinar do que o conhecimento propriamente dito. Para este problema, Perrenoud sugere que: “[...] *uma formulação dos planos de estudos em termos de objetivos e a lembrança sistemática das aprendizagens almejadas por determinada tarefa poderiam modificar a representação dos elos entre atividades constitutivas do currículo real e aprendizagens almejadas*” (1999, p. 83).

O segundo obstáculo está na pouca familiaridade dos professores com os processos de aprendizagem. Raramente os professores estudam, durante sua formação, as teorias psicológicas que

permitiriam a apreensão da noção de aprendizagem no que diz respeito aos processos de raciocínio e de memorização, a partir dos comportamentos dos alunos. Mesmo quando os professores têm este contato seus conhecimentos teóricos permanecem muito abstratos para que possam compreender o que se passa na aprendizagem, dificultando a regulação contínua para a avaliação formativa.

O terceiro obstáculo a ser ultrapassado é a falta de tempo e a dispersão que ele acarreta. O professor depara-se com diversos problemas durante o seu trabalho com a turma, exigindo dele a tomada de variadas decisões no decorrer de sua aula, fazendo com que seu tempo se fragmente, ocasionando a sua dispersão. Isto tem efeitos na regulação das aprendizagens, fazendo com que os momentos propícios não sejam identificados, ou suficientemente explorados.

O quarto impeditivo para uma regulação adequada da aprendizagem é a importância atribuída pelos professores à regulação das tarefas e ao controle do trabalho. Deveríamos priorizar o processo e não o produto, atentar à progressão dos alunos nas tarefas, compreender a dificuldade no momento em que ocorre.

Estas seriam ‘dicas’ para integramos a avaliação à prática educativa. A uma primeira leitura, podemos considerar tais aspectos evidentes, e avaliar nossa própria atuação positivamente. Mas está justamente aí a contribuição deste livro de Perrenoud. Comumente agimos com a lógica tradicional, acreditando

fazer uma avaliação formativa, quando estamos a serviço da seleção.

A dificuldade de mudança está em nossas crenças e representações, pois as contradições que construímos em nossos projetos avaliativos decorrem das contradições do próprio sistema educativo. Somos obrigados constantemente articular seleção e da formação, numa exigência que está para além dos domínios de nossas instituições de ensino. Com os sistemas diferenciados, como o sistema de ciclos, descobrimos que a ausência da reprovação não suprime a existência de desigualdades. Essas contradições permanecem em nossas representações da avaliação e orientam nossos atos.

Nos vemos encurralados por nossas próprias práticas. Vivemos na contradição do reconhecimento e da negação das desigualdades, num conflito entre a lógica formativa e a lógica seletiva. Desta maneira, como poderíamos fazer da regulação contínua das aprendizagens a lógica prioritária de nossas escolas?

Apesar de trabalhar os temas no plano da teoria, sem tomar como base exemplos concretos, o livro nos aponta para a necessidade de uma abordagem sistêmica da mudança das lógicas, já

que a avaliação está no centro do sistema didático e do sistema de ensino, e não somente na escola. Da mesma maneira, não podemos centralizar a responsabilidade no professor pela mudança, pois temos que ter em conta que a avaliação contínua das aprendizagens não substitui o ensino, o que seria uma supervalorização da prática avaliativa. Assim, é de uma forma indireta que Perrenoud, depois de uma abordagem exaustiva sobre o tema, na conclusão de seu livro, responde a questão da mudança das lógicas:

[...] seria bom que ao agrupamento daqueles que trabalham sobre as diversas facetas e funções da avaliação, façam o contrapeso das associações, departamentos universitários, programas e projetos de pesquisa ou de desenvolvimento que reúnam abordagens transversais e abordagens didáticas do ensino e da aprendizagem, em torno do tema da diferenciação, da regulação, da individualização dos percursos.
(Perrenoud, 1999, p. 168).

Adelina de Oliveira Novaes

MESTRE E DOUTORANDA EM EDUCAÇÃO PELA PUC-SP
DESENVOLVE PROJETOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
JUNTO A DIREITO GV